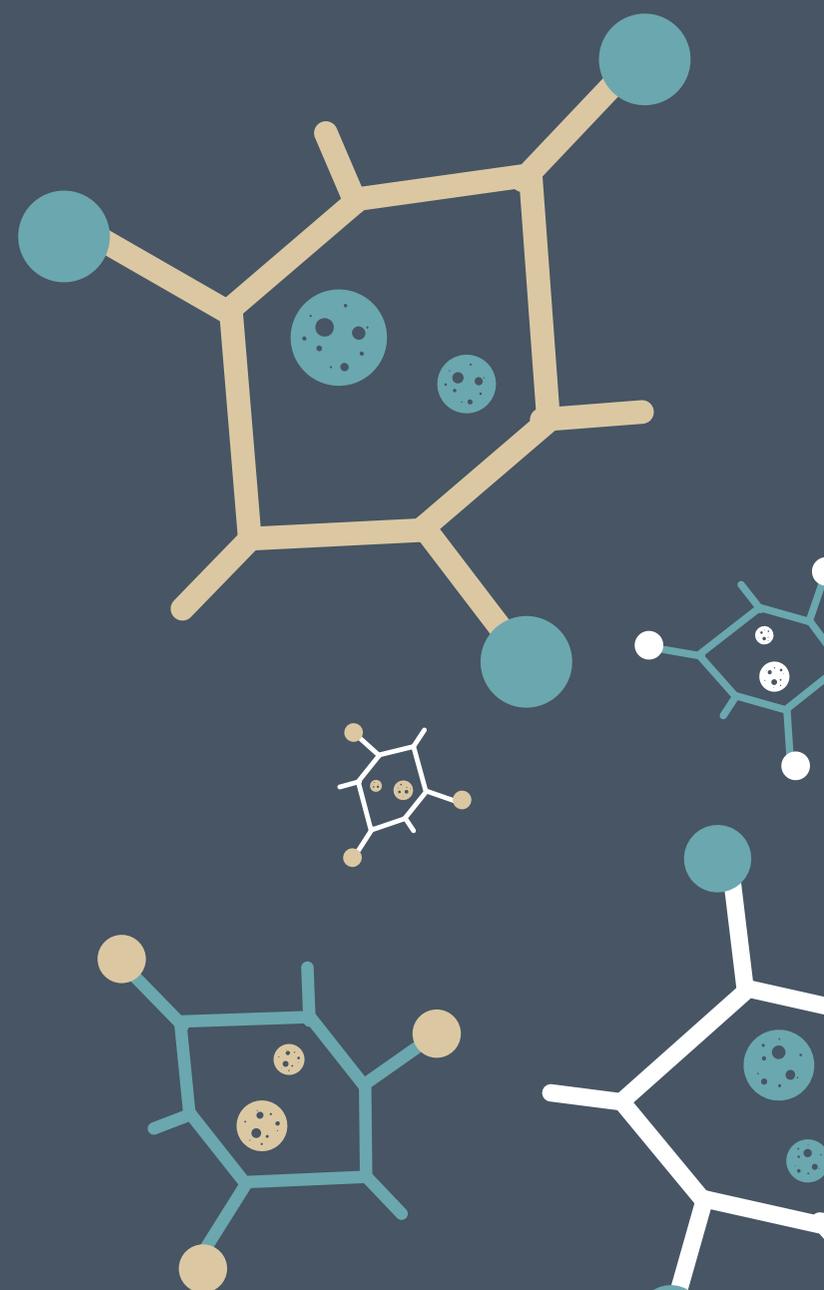




MACHADO
ASSOCIADOS

Lei 14.010/2020

O Projeto de Lei 1179/2020 de autoria do Senador Antonio Anastasia foi sancionado pelo Presidente da República com vetos. Saiba os principais temas abordados pela nova Lei 14.010/2020, que institui normas de caráter transitório e emergencial para a regulação de relações jurídicas de direito privado no período de pandemia do Covid-19, doença causada pelo coronavírus



Lei 14.010/2020

Regime Jurídico Emergencial e
Transitório das Relações Jurídicas
de Direito Privado (RJET)

Estabelece a data da publicação do Decreto Legislativo nº 6/2020, como termo inicial para os eventos derivados da pandemia do coronavírus

20 de Março de 2020

PJ - ASSEMBLEIAS GERAIS

Possibilidade de realização de assembleias gerais por meios eletrônicos, independentemente de previsão nos atos constitutivos da pessoa jurídica.

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Impedimento/suspensão de prazos prescricionais até **30/10/2020**.

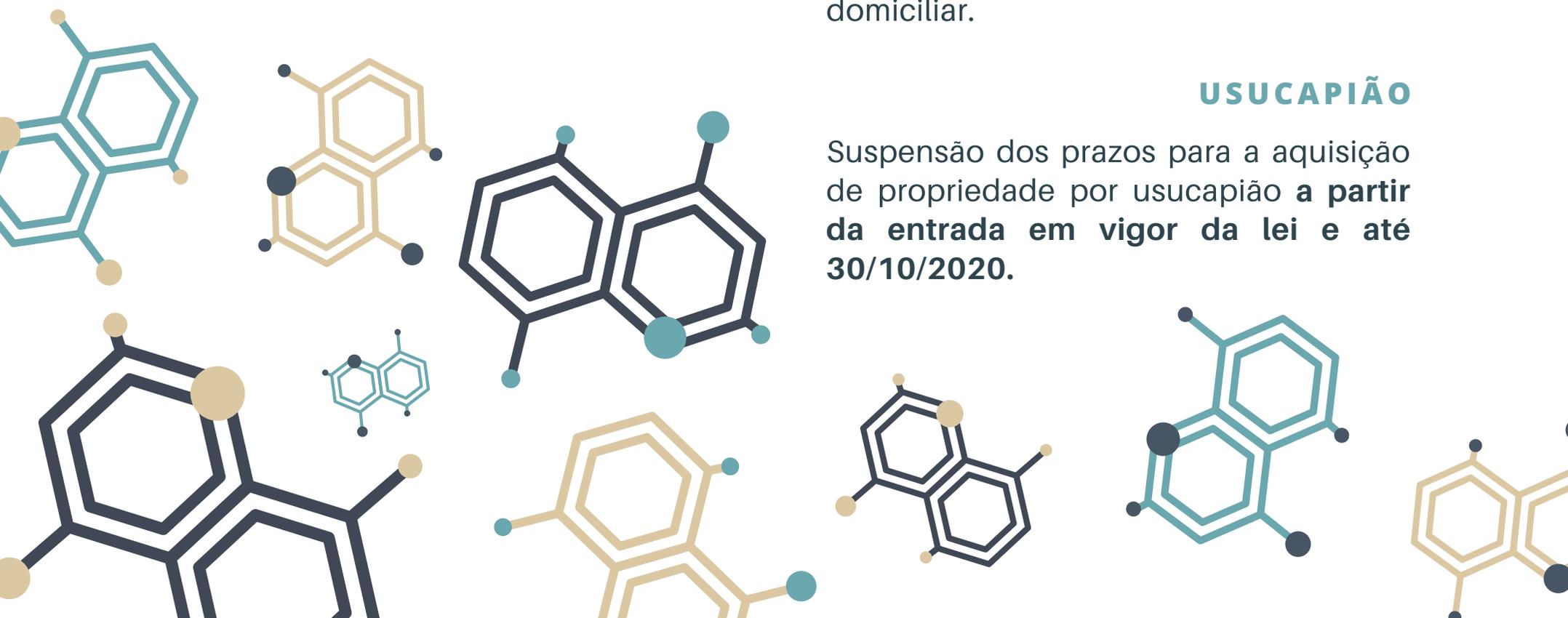
Aplicação da regra à decadência.

RELAÇÕES DE CONSUMO

Suspensão da regra sobre prazo de desistência de 7 dias para produtos perecíveis ou de consumo imediato e medicamentos adquiridos por entrega domiciliar.

USUCAPIÃO

Suspensão dos prazos para a aquisição de propriedade por usucapião **a partir da entrada em vigor da lei e até 30/10/2020**.



Lei 14.010/2020

Regime Jurídico Emergencial e
Transitório das Relações Jurídicas
de Direito Privado (RJET)

CONCORRENCIAL

Não eficácia dos artigos que dispõem sobre a caracterização de venda abaixo do preço de custo e cessação das atividades da empresa sem justa causa comprovada como infração da ordem econômica e da classificação de contrato associativo, consórcio ou *joint venture* como ato de concentração, em relação aos atos praticados de **20/03/2020 até 30/10/2020** ou enquanto durar a declaração do estado de calamidade pública do Decreto Legislativo nº 6/2020.

Possibilidade de análise posterior dos atos.

Termo final dos efeitos do Decreto
Legislativo nº 6/2020

31 de dezembro de 2020

SUCESSÕES

O prazo de 2 meses a contar da abertura da sucessão para a instauração do processo de inventário e de partilha para sucessões abertas a partir de 01/02/2020 começa a fluir de **30/10/2020**.

LGPD

Entrada em vigor das regras sobre imposição de sanções administrativas, previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) em **01/08/2021**.



Lei 14.010/2020

Regime Jurídico Emergencial e
Transitório das Relações Jurídicas
de Direito Privado (RJET)



ALGUNS DOS PRINCIPAIS VETOS:

RESILICÃO, RESOLUÇÃO E REVISÃO DE CONTRATOS

regras a respeito das consequências decorrentes da pandemia ou da não caracterização como fatos imprevisíveis o aumento da inflação, a variação cambial, a desvalorização ou a substituição do padrão monetário, entre outras.

LOCACÕES

limitação à concessão de liminar de despejo para ações ajuizadas a partir de 20 de março de 2020.

MOBILIDADE URBANA

redução do percentual de retenção por empresa que atue no transporte remunerado privado individual de passageiros, inclusive por aplicativos em ao menos 15%, com repasse dessa quantia ao motorista e impossibilidade de aumento reflexo nos preços ao usuário.

Para saber mais, entre em contato com::

Rochelle Ricci - rri@machadoassociados.com.br

Mauro Mori - mmr@machadoassociados.com.br

Mirella da Costa Andreola - maa@machadoassociados.com.br

machadoassociados.com.br

